

APROVO.

**PROCEDIMENTO N.º 16/PESSOAS2030/2025**

**AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS JURÍDICOS ESPECIALIZADOS, POR LOTES, NA  
MODALIDADE DE AVENÇA**

**CONCURSO PÚBLICO COM PUBLICAÇÃO NO JOUE**

**PROGRAMA DO CONCURSO**

## **Índice**

*Cláusula 1ª Objeto*

*Cláusula 2ª Entidade Adjudicante*

*Cláusula 3ª Decisão de contratar*

*Cláusula 4ª Tipo de procedimento*

*Cláusula 5ª Consulta e disponibilização das peças do concurso*

*Cláusula 6ª Comunicações e notificações*

*Cláusula 7ª Pedidos de Esclarecimentos sobre as Peças do Procedimento*

*Cláusula 8ª Erros e Omissões sobre as Peças do Procedimento*

*Cláusula 9ª Concorrentes*

*Cláusula 10ª Prazo e Modo de Apresentação da Proposta*

*Cláusula 11ª Apresentação de Propostas*

*Cláusula 12ª Negociação/Leilão Eletrónico*

*Cláusula 13ª Caução*

*Cláusula 14ª Esclarecimentos sobre a Proposta*

*Cláusula 15ª Prazo de validade da proposta*

*Cláusula 16ª Documentos que Constituem a Proposta*

*Cláusula 17ª Preço Base*

*Cláusula 18ª Critério de Adjudicação*

*Cláusula 19ª Documentos de Habilitação*

*Cláusula 20ª Falsidade de documentos e declarações*

*Cláusula 21ª Contrato*

*Cláusula 22ª Encargos do concorrente*

*Cláusula 23.ª Adoção de ajuste direto em contratos sucessivos*

*Cláusula 24ª Legislação aplicável*

*Anexo a) – Modelo de Declaração a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 57º ou a subalínea i) da alínea b) e alínea c) do n.º 3 do artigo 256º-A, conforme aplicável*

*Anexo b) - Modelo de Declaração de Inexistência de Conflito de Interesses*

*Anexo c) - Modelo de Declaração de Confidencialidade*

*Anexo d) – Modelo de Avaliação das Propostas – Densificação do critério de Adjudicação*

*Anexo e) – Quadro-Modelo - Descritivo da Equipa Proposta*

*Anexo f) - Modelo de Declaração de Cumprimento do Art.º 419-A.º do CCP*

### **Cláusula 1.ª**

#### **Objeto**

1. O presente procedimento de contratação reveste a forma de Concurso Público com publicação no Jornal Oficial da União Europeia , ao abrigo do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 16.º, conjugado com o disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 20.º e nos termos do artigo 130.º e seguintes do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua atual redação (doravante designado por CCP), tem por objeto principal a ***Aquisição de Serviços Jurídicos Especializados, por Lotes, na modalidade de avença.***
2. De acordo com a nomenclatura de referência aplicável aos contratos públicos CPV (Vocabulário Comum para os Contratos Públicos) adotado pelo Regulamento (CE) nº 2195/2002, alterado pelo Regulamento (CE) nº 213/2008 de 28 de novembro de 2007, publicado no Jornal Oficial da União Europeia, L 74, em 15 de março de 2008, o presente procedimento tem a seguinte classificação: CPV – “79100000-5- Serviços jurídicos”.
3. O serviço a contratar está dividido em **7 Lotes**, nos termos do art.º 46.º-A do CCP, distribuído da seguinte forma:
  - a) **Lote 1** – 1 técnico especializado em contratação pública, na modalidade de avença;
  - b) **Lote 2** – 1 técnico especializado em contratação pública, na modalidade de avença;
  - c) **Lote 3** – 1 técnico especializado em contratação pública, na modalidade de avença;
  - d) **Lote 4** – 1 técnico especializado em contratação pública, na modalidade de avença;
  - e) **Lote 5** – 1 técnico especializado em contratação pública, na modalidade de avença;
  - f) **Lote 6** – 1 técnico especializado em contratação pública, na modalidade de avença;
  - g) **Lote 7** – 1 técnico especializado em contratação pública, na modalidade de avença;
4. Os serviços a contratar e respetivos lotes possuem a seguinte distribuição geográfica:
  - a) **Lotes 1, 2, 3 e 4** – PESSOAS 2030 Lisboa;
  - b) **Lotes 5, 6 e 7** – PESSOAS 2030 Porto.

5. Os concorrentes não devem especificar o(s) lote(s) a que concorrem, não devendo, designadamente, indicar o número do lote para o qual apresentam proposta, nos termos dos números seguintes.
6. Os concorrentes devem apenas **indicar a localização dos lotes** a que concorrem (Lisboa ou Porto).
7. Os concorrentes que tenham a natureza jurídica de pessoas singulares devem apresentar uma única proposta, sem qualquer especificação ou indicação ao número do lote, devendo apenas indicar a localização dos lotes a que concorre (Lisboa ou Porto), presumindo-se essa proposta como sendo dirigida à totalidade a qualquer um dos 4 (quatro) ou 3 (três) lotes, respetivamente, a concurso nessa localização (Lisboa ou Porto), sem prejuízo do disposto no número seguinte.
8. **A cada concorrente** que tenha natureza jurídica de pessoas singulares **apenas será adjudicado o máximo de um lote**, em função de aplicação do modelo de avaliação das propostas.

#### **Cláusula 2.ª**

##### **Entidade Adjudicante**

A entidade adjudicante é o Estado, através da Secretaria-Geral do Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social (SGMTSSS), com sede na Praça de Londres, n.º 2 - 1049-056 Lisboa.

#### **Cláusula 3.ª**

##### **Decisão de Contratar**

1. A decisão de contratar foi tomada através de Despacho da Secretária-Geral do MTSSS, exarado na informação n.º I-SG/DCAP-DCOP/13920/2025, nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 17.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de outubro, conjugado com o Despacho de subdelegação de competências do membro do Governo da Tutela n.º 9196/2024, de 13 de agosto de 2024.

2. Nos termos do disposto no n.º 5 do artigo 36.º do CCP, foram acautelados todos os pareceres prévios, licenciamentos e autorizações necessárias que possam condicionar o procedimento e a execução do contrato.

#### **Cláusula 4.ª**

##### **Tipo de procedimento**

O presente procedimento de contratação reveste a forma de Concurso Público com publicação no Jornal Oficial da União Europeia, nos termos do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 16.º, conjugado com a alínea a) do n.º 1 do artigo 20.º, conjugados com o n.º 1 do artigo 130.º e seguintes, todos do CCP.

#### **Cláusula 5.ª**

##### **Consulta e disponibilização das peças do concurso**

1. O programa de concurso e o caderno de encargos estão disponíveis, para consulta dos interessados nos serviços da entidade adjudicante entre as 10:00 horas e as 16:30 horas (com intervalo para almoço entre as 12:00 horas e as 14:30 horas), desde o dia da publicação do anúncio no DR até ao termo do prazo fixado para a apresentação das propostas.
2. O programa de concurso e o caderno de encargos estão também disponíveis na plataforma eletrónica de contratação [www.acingov.pt](http://www.acingov.pt).
3. O acesso à referida plataforma eletrónica permite efetuar a consulta, o *download* das peças do procedimento, bem como apresentar proposta.
4. Para ter acesso a plataforma da ACINGOV, o interessado deve efetuar o respetivo registo no endereço eletrónico <https://www.acingov.pt>.
5. Em caso de dificuldade o interessado deve contactar o Serviço de Apoio da plataforma através dos contactos e números de telefone ali indicados - 707 451 451.

#### **Cláusula 6.ª**

##### **Comunicações e notificações**

Todas as comunicações/solicitações, no âmbito do presente procedimento, devem ser enviadas pelos concorrentes através de plataforma eletrónica de contratação ACINGOV, com o seguinte endereço: <https://www.acingov.pt>.

#### **Cláusula 7.ª**

##### **Pedidos de Esclarecimentos sobre as Peças do Procedimento**

1. Os pedidos de esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação do programa de concurso e do caderno de encargos e respetivos anexos devem ser solicitados pelos concorrentes, por escrito, no primeiro terço do prazo fixado para a apresentação das propostas, através da plataforma eletrónica de contratação ACINGOV, acessível em <http://www.acingov.pt> na funcionalidade “Esclarecimentos”.
2. Os esclarecimentos são prestados por escrito pelo júri do procedimento, através da plataforma eletrónica referida no número anterior, até ao termo do segundo terço do prazo fixado para a apresentação das propostas, sendo todas as entidades interessadas imediatamente notificadas desse facto.
3. Os esclarecimentos, supracitados, fazem parte integrante das peças do procedimento a que dizem respeito e prevalecem sobre estes em caso de divergência.

#### **Cláusula 8.ª**

##### **Erros e Omissões sobre as Peças do Procedimento**

1. Os concorrentes podem apresentar uma lista identificando, expressa e inequivocamente, os erros ou omissões das peças do procedimento por si detetados no primeiro terço do prazo fixado para a apresentação das propostas.
2. Até ao termo do segundo terço do prazo fixado para a apresentação das propostas, o órgão competente para a decisão de contratar pronuncia-se sobre os erros e as omissões identificados pelos interessados, considerando-se rejeitados todos os que, até ao final daquele prazo, não sejam por ele expressamente aceites.

### **Cláusula 9.ª**

#### **Concorrentes**

1. Podem apresentar proposta as pessoas singulares e pessoas coletivas que não se encontrem em nenhuma das situações previstas no artigo 55º do CCP.
2. Podem ser concorrentes agrupamentos de pessoas singulares ou coletivas sem que entre si exista qualquer modalidade jurídica de associação.
3. Os membros de um agrupamento de concorrentes não podem ser concorrentes no mesmo procedimento, nem integrar outro agrupamento concorrente.
4. Todos os membros de um agrupamento de concorrentes são solidariamente responsáveis, perante a entidade adjudicante, pela manutenção da proposta.
5. Em caso de adjudicação, todos os membros do agrupamento de concorrentes, e apenas estes, devem associar-se, antes da celebração do contrato, na modalidade jurídica de agrupamento complementar de empresa (ACR) ou consórcio externo, um e outro sempre no regime de responsabilidade solidária passiva, de acordo com a legislação nacional em vigor, com o objetivo de satisfazer cabalmente todas as prestações, obrigações e garantias na sequência da adjudicação.

### **Cláusula 10ª**

#### **Prazo e Modo de Apresentação da Proposta**

1. As propostas, bem como os documentos que a acompanham, devem ser apresentados exclusivamente de forma eletrónica na plataforma de contratação, acessível em [www.acingov.pt](http://www.acingov.pt) até às 23h59 do 30º dia, a contar da data do envio, para publicação, de acordo com o previsto no n.º 1 do artigo 136.º do CCP.
2. As propostas, assim como todos os documentos carregados na plataforma eletrónica, **devem ser assinados eletronicamente, sob pena de exclusão**, mediante a utilização de certificados de assinatura eletrónica qualificada, nos termos do disposto no artigo 54º da Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto, sem prejuízo do disposto no art.72.º do CCP.
3. Nos casos em que o certificado digital não possa relacionar o assinante com a sua função e poder de assinatura, deve a entidade interessada submeter documento oficial indicando o poder de representação e a assinatura do assinante.

4. Todos os documentos e informações, exigidos por lei e/ou indicados neste programa, devem instruir a proposta sob pena de exclusão da mesma.
5. Caso o envio completo da proposta não seja efetuado corretamente ou não seja conseguido, considera-se não ter existido qualquer apresentação de proposta.
6. Não serão admitidos, em caso algum, os concorrentes cujas propostas deem entrada depois de terminado o prazo fixado no n.º 1.

#### **Cláusula 11.ª**

##### **Apresentação de Propostas**

Não é admissível a apresentação de propostas variantes.

#### **Cláusula 12.ª**

##### **Negociação/Leilão Eletrónico**

Não há lugar a negociação/leilão eletrónico.

#### **Cláusula 13.ª**

##### **Caução**

Não é exigível a prestação de caução, nos termos do disposto da cláusula a) do n.º 2 do artigo 88.º do CCP, uma vez que o preço contratual, seja por lote individual ou pelo somatório de vários lotes, quando adjudicados a uma pessoa coletiva, é inferior a 500.000,00 €

#### **Cláusula 14.ª**

##### **Esclarecimentos sobre a Proposta**

A entidade adjudicante poderá solicitar ao concorrente quaisquer esclarecimentos sobre a proposta apresentada que considere necessários para efeitos da análise e da avaliação da mesma, nos termos e para os efeitos no disposto no art.º 72º do CCP.



### **Cláusula 15.ª**

#### **Prazo de Validade da Proposta**

O prazo de validade da proposta, nos termos do artigo 65.º do CCP, é de 66 dias contados da data do termo do prazo fixado para a apresentação da proposta.

### **Cláusula 16.ª**

#### **Documentos que Constituem a Proposta**

1. **As propostas** devem ser constituídas pelos seguintes documentos:

- a) Documento Europeu Único de Contratação Pública (DEUCP), conforme disposto no nº 6 do artigo 57º do CCP;
- b) Declaração de aceitação do conteúdo do Caderno de Encargos, conforme o modelo constante no Anexo a) ao presente programa, assinada pelo concorrente ou por representante que tenha poderes para o obrigar;
- c) Declaração do concorrente de inexistência de conflitos de interesses, emitida conforme modelo constante do Anexo b) ao presente programa, assinada pelo concorrente ou por representante que tenha poderes para o obrigar;
- d) Declaração do concorrente de confidencialidade, emitida conforme modelo constante do Anexo c) ao presente programa, assinada pelo concorrente ou por representante que tenha poderes para o obrigar;
- e) Documento(s) que contenha(m) o atributo da proposta (preço), submetido à concorrência pelo caderno de encargos, de acordo com os quais o concorrente se dispõe a contratar:
  - i. Quadro-Modelo constante do Anexo e) ao presente programa, com menção em meses, da experiência em contratação pública, com indicação da área ou setor de intervenção;
- f) Documento(s) que contenha(m) os termos ou condições, relativos a aspetos da execução do contrato não submetidos à concorrência pelo caderno de encargos, nomeadamente:
  - i. Prazo de execução dos serviços;

- ii. Preço da mensalidade e o preço total, expresso em euros, sob forma numérica, com menção de que ao preço indicado acresce o IVA à taxa legal em vigor, quando aplicável, e indicação do respetivo valor.
- g) Documento oficial indicando o poder de representação e assinatura do assinante (certidão permanente, atas, procurações ou outros aplicáveis);
2. Integra também a proposta quaisquer outros documentos que o concorrente considere relevantes para a apreciação da mesma.
3. Os documentos que constituem a proposta deverão ser obrigatoriamente redigidos em língua portuguesa sem emendas ou rasuras, ou, não o sendo, devem ser acompanhados de tradução devidamente legalizada e em relação à qual o concorrente declara aceitar a sua prevalência, para todos os efeitos sobre os respetivos originais.
4. Os documentos emitidos pelo concorrente deverão ser assinados pelo concorrente ou por representante que tenha poderes para o obrigar.
5. **Tratando-se de pessoa coletiva deve ser preenchido e apresentado um Quadro-Modelo, constante do Anexo e) ao presente programa, para cada técnico constante da proposta, sob pena de exclusão.**

#### **Cláusula 17.<sup>a</sup>**

##### **Preço Base**

1. O preço base do presente procedimento é **705.600,00€ (setecentos e cinco mil e seiscentos euros)**, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, se legalmente devido, o qual compreende todos os serviços previstos nas especificações técnicas do presente caderno de encargos e repartido pelos seguintes lotes da seguinte forma:
  - Lote 1 – com um valor base de **100.800,00€ (cem mil, e oitocentos euros)**, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, se legalmente devido (**2.800,00€ x 36 meses**);
  - Lote 2 – com um valor base de **100.800,00€ (cem mil, e oitocentos euros)**, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, se legalmente devido, (**2.800,00€ x 36 meses**);
  - Lote 3 – com um valor base de **100.800,00€ (cem mil, e oitocentos euros)**, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, se legalmente devido (**2.800,00€ x 36 meses**);

- Lote 4 – com um valor base de **100.800,00€ (cem mil, e oitocentos euros)**, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, se legalmente devido (**2.800,00€ x 36 meses**);
  - Lote 5 – com um valor base de **100.800,00€ (cem mil, e oitocentos euros)**, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, se legalmente devido (**2.800,00€ x 36 meses**);
  - Lote 6 – com um valor base de **100.800,00€ (cem mil, e oitocentos euros)**, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, se legalmente devido (**2.800,00€ x 36 meses**);
  - Lote 7 – com um valor base de **100.800,00€ (cem mil, e oitocentos euros)**, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, se legalmente devido (**2.800,00€ x 36 meses**);
2. O preço da proposta resultará do valor da mensalidade indicado na proposta adjudicada, multiplicado pelos 36 meses de vigência contratual.
  3. O preço constante na proposta deverá ser indicado em algarismos, nos termos do disposto no artigo 60.º do CCP.
  4. O preço referido nos números anteriores inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída à Entidade Adjudicante.

#### **Cláusula 18ª**

##### **Critérios de Adjudicação**

1. A adjudicação é feita de acordo com o critério da proposta economicamente mais vantajosa, determinada através da **modalidade multifator**, nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 74º do CCP, de acordo com os seguintes fatores e subfatores:
  - F1 – Licenciatura – 20%.**
  - F2 – Experiência profissional na análise de procedimento em contratação pública no âmbito de Programas Operacionais cofinanciados por Fundos Comunitários – 50%.**
  - F3 – Experiência profissional em Contratação Pública noutras áreas ou setores, que não os fundos comunitários – 30%.**
2. A pontuação global (PG) Pontuação do Concorrente será igual ao somatório dos fatores, obtida através da fórmula:

$$PG = F1 \times (20\%) + F2 \times (50\%) + F3 \times (30\%)$$

3. A escala de pontuação de cada fator, bem como os demais elementos que constituem o critério de adjudicação, constam do Anexo d) ao presente programa.

#### **Cláusula 19.ª**

##### **Documentos de habilitação**

1. O concorrente a quem for adjudicado o objeto do presente procedimento deve apresentar, no prazo de **5 (cinco) dias úteis**, a contar da notificação da adjudicação, os seguintes documentos e comprovativos, ou disponibilização de acesso para a sua consulta online, de que se encontra nas seguintes situações:
  - a) Declaração a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º do CCP, conforme o modelo constante do Anexo II do CCP;
  - b) Situação regularizada relativamente a contribuições para a segurança social em Portugal ou, se for o caso, no Estado de que sejam nacionais ou no qual se situe o seu estabelecimento principal, nos termos da alínea d) do artigo 55.º do CCP;
  - c) Situação regularizada relativamente a impostos devidos em Portugal ou, se for o caso, no Estado de que sejam nacionais ou no qual se situe o seu estabelecimento principal, nos termos da alínea e) do artigo 55.º do CCP;
  - d) Certificado de registo criminal, para efeitos de celebração de contratos públicos, de todos os titulares dos órgãos sociais da administração, direção ou gerência que se encontrem em efetividade de funções, destinado a comprovar que não se encontram em nenhuma das situações previstas nas alíneas b) e h) do artigo 55.º do CCP, não bastando a apresentação de certidões em número equivalente ao das pessoas com poderes para obrigar a sociedade;
  - e) Registo criminal de pessoa coletiva, nos termos do n.º 1 do artigo 83.º-A do CCP;
  - f) Certidão do registo comercial, com todas as inscrições em vigor, para identificação dos titulares dos órgãos sociais de administração, direção ou gerência que se encontrem em efetividade de funções;
  - g) Identificação do gestor do contrato;
  - h) Identificação da pessoa singular que outorgante do contrato;

- i) Registo Central do Beneficiário Efetivo.
  - j) Modelo de Declaração de Cumprimento do Art.º 419-A.º do CCP, conforme Anexo f) ao presente programa.
  - k) Documento indicando qual a dimensão da entidade adjudicatária. Caso se trate de uma PME, a entidade adjudicatária pode consentir a entidade adjudicante na consulta do seu certificado no site do IAPMEI, ou não existindo certificação PME no IAPMEI, declaração da entidade adjudicatária sob o compromisso de honra, acompanhada de documentação comprovativa pertinente, para efeitos de cumprimento do previsto na Portaria n.º 318-B/2023, de 25 de outubro, se aplicável.
2. Não se verificando a apresentação dos documentos de habilitação no prazo referido no número anterior, facto determinante da caducidade da adjudicação, fica desde já notificada a entidade convidada para se pronunciar, querendo, no prazo de 2 (dois) dias úteis, após o termo do prazo indicado no número 1, e para os efeitos do n.º 2 do artigo 86.º do CCP.
3. Quando as situações previstas no número anterior se verificarem por facto que não seja imputável à entidade adjudicatária, a entidade adjudicante concede à entidade adjudicatária um prazo de 5 dias úteis para suprimento das irregularidades detetadas nos documentos de habilitação, sob pena de caducidade da adjudicação, nos termos do n.º 3 do artigo 86.º do CCP.

#### **Cláusula 20.ª**

##### **Falsidade de documentos e declarações**

1. Sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal, a falsificação de qualquer documento de habilitação ou a prestação culposa de falsas declarações determina a caducidade da adjudicação, designadamente em matéria ao nível das informações constantes no quadro-modelo do Anexo e) ao presente programa.
2. No caso previsto no número anterior, a entidade competente para a decisão de contratar adjudicatária à proposta ordenada em lugar subsequente.

**Cláusula 21.<sup>a</sup>****Contrato**

A minuta do contrato é enviada, para aceitação, ao adjudicatário, considerando-se aceite por este quando haja aceitação expressa ou quando não haja reclamação nos cinco dias subsequentes a respetiva notificação.

**Cláusula 22.<sup>a</sup>****Encargos do Concorrente**

São encargos do concorrente os custos inerentes à celebração do contrato e os legalmente previstos na legislação aplicável.

**Cláusula 23.<sup>a</sup>****Legislação aplicável**

Em tudo o não especificado no presente Programa, aplicam-se subsidiariamente as disposições do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua redação atual, bem como as demais disposições legislativas e regulamentares aplicáveis de acordo com a natureza do objeto do contrato a celebrar.

## **Anexo a)**

### **Modelo de Declaração (documento da proposta)**

[a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 57.º, ou a subalínea i) da alínea b) e alínea c) do n.º 3 do artigo 256.º -A, conforme aplicável, do CCP]

1 — ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1)... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento de ..... (designação ou referência ao procedimento em causa) e, se for o caso, do caderno de encargos do acordo-quadro aplicável ao procedimento, declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2) se obriga a executar o referido contrato em conformidade com o conteúdo do mencionado caderno de encargos, relativamente ao qual declara aceitar, sem reservas, todas as suas cláusulas.

2 — Declara também que executa o referido contrato nos termos previstos nos seguintes documentos, que junta em anexo (3):

a)...

b)...

3 — Declara ainda que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à execução do referido contrato, ao disposto na legislação portuguesa aplicável.

4 — Mais declara, sob compromisso de honra, que não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

5 — O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica, consoante o caso, a exclusão da proposta apresentada ou a caducidade da adjudicação que eventualmente sobre ela recaia e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

6 — Quando a entidade adjudicante o solicitar, o concorrente obriga -se, nos termos do disposto no artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos, a apresentar os documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e i) do n.º 1 do artigo 55.º do referido Código.

7 — O declarante tem ainda pleno conhecimento de que a não apresentação dos documentos solicitados nos termos do número anterior, por motivo que lhe seja imputável, determina a caducidade da adjudicação que eventualmente recaia sobre a proposta apresentada e constitui

contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local),... (data),... [assinatura (4)].

(1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

(2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(3) Enumerar todos os documentos que constituem a proposta, para além desta declaração, nos termos do disposto nas alíneas b), c) e d) do n.º 1 e nos n.os 2 e 3 do artigo 57.º.

(4) Nos termos do disposto nos n.os 4 e 5 do artigo 57.º.



**Anexo b)**

**Modelo de Declaração de inexistência de conflito de interesses**

\_\_\_\_\_ (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de \_\_\_\_\_ (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento de concorrentes, firmas, números de identificação fiscal e sedes), declara, sem reservas, que a sua representada e todos os membros da equipa técnica:

a) Não está abrangida, na presente data, por quaisquer conflitos de interesses relacionados com o objeto do procedimento de formação do contrato n.º \_\_\_\_\_, nomeadamente, interesses económicos, afinidades políticas ou nacionais, relações familiares ou afetivas ou qualquer outra ligação ou comunhão de interesses relevante;

b) Se durante o procedimento de formação e execução do contrato tiver conhecimento de qualquer situação que possa constituir ou suscitar um conflito de interesses, informará de imediato o serviço adjudicante.

Assinatura

Data

**Anexo c)**

**Modelo de Declaração de Confidencialidade**

\_\_\_\_\_ (nome, número de documento de identificação e orada), na qualidade de representante legal de \_\_\_\_\_ (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento de concorrentes, firmas, números de identificação fiscal e sedes) declara que a sua representada se obriga a respeitar o dever de sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa ao contraente público e, ou, ao PESSOAS 2030 de que possa ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato, nos termos previstos no caderno de encargos.

Assinatura

Data

**Anexo d)**

**Modelo de avaliação das propostas**

1. A adjudicação efetuar-se-á segundo o critério de adjudicação da proposta economicamente mais vantajosa para a Entidade Adjudicante na modalidade de “**multifator**”, nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 74.º do CCP, de acordo com os seguintes fatores:

**F1 – Licenciatura – 20%.**

**F2 – Experiência profissional na análise de procedimento em contratação pública no âmbito de Programas Operacionais cofinanciados por Fundos Comunitários – 50%.**

**F3 – Experiência profissional em Contratação Pública noutras áreas ou setores, que não os fundos comunitários – 30%.**

**F1 – Licenciatura**

- A. Licenciatura em Direito – 16 pontos
- B. Licenciatura noutras áreas – 8 pontos

**F2 – Experiência profissional na análise de procedimento em contratação pública no âmbito de Programas Operacionais cofinanciados por Fundos Comunitários**

- A. ≥ 6 anos – 16 pontos
- B. ≥ 5 anos e <6 anos - 14 pontos
- C. ≥ 4 anos e <5 anos - 12 pontos
- D. ≥ 3 anos < 4 anos - 10 pontos
- E. ≥ 2 anos <3 anos - 8 pontos
- F. ≥ 1 anos <2 anos - 6 pontos

**Nota:** A experiência inferior a 1 (um ano) constitui motivo de exclusão da proposta.

**F3 – Experiência profissional em Contratação Pública noutras áreas ou setores, que não os fundos comunitários:**

- A. ≥ 6 anos – 16 pontos
- B. ≥ 5 anos e <6 anos - 14 pontos

**C.** ≥ 4 anos e <5 anos - 12 pontos

**D.** ≥ 3 anos < 4 anos - 10 pontos

**E.** ≥ 2 anos <3 anos - 8 pontos

**F.** ≥ 1 anos <2 anos - 6 pontos

**Nota:** A experiência inferior a 1 (um ano) constitui motivo de exclusão da proposta.

**Fórmula de Cálculo:**

A Pontuação Global (PG) será atribuída mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$PG = F1 \times (20\%) + F2 \times (50\%) + F3 \times (30\%)$$

2. Em caso de empate entre duas ou mais propostas, adota-se como critério de desempate, sucessivamente:
  - a) Melhor pontuação no Fator F2;
  - b) Melhor pontuação no Fator F3;
  - c) Licenciatura em Direito;
3. Mantendo-se, ainda assim, o empate, será adjudicada a proposta selecionada na sequência de sorteio a realizar na Praça de Londres, n.2, 11º, em Lisboa, a realizar em sessão pública.
4. O sorteio será realizado pelo júri do procedimento que notificará os proponentes das propostas empatas, que poderão, ou não, fazer-se representar.
5. Os concorrentes deverão apresentar-se com a respetiva identificação e com o comprovativo ou declaração que confira poderes para representar a entidade, emitida por quem tem poderes legalmente para a obrigar.
6. Do ato do sorteio será lavrada ata assinada por todos os presentes.
7. O sorteio realizar-se-á independentemente da eventual ausência de um ou mais concorrentes.
8. A ordenação das propostas empatadas será fixada pela ordem de extração.
9. Será adjudicada a proposta sorteada em 1.º lugar.

10. A adjudicação por lote é feita em função do resultado obtido na sequência da aplicação do modelo de avaliação das propostas, por ordem decrescente de classificação, até se atingir o número de técnicos a que se refere o presente procedimento (7 técnicos especializados).

**Anexo e)**

**Quadro-Modelo – Descritivo da Equipa Proposta**

[Cumprimento da subalínea ii) da alínea e) do n.º 1 da Cláusula 16.ª do Programa do Concurso]

Curriculum Vitae	
Dados	PERFIL
Formação Académica e Profissional (Direito ou outras áreas)	
Experiência Profissional na análise de procedimento em contratação pública no âmbito de Programas Operacionais cofinanciados por Fundos Comunitários	
Experiência profissional em Contratação Pública noutras áreas ou setores, que não os fundos comunitários	

**Notas:**

**\*O Quadro-Modelo deve acompanhar documento com as informações descritas na subalínea i) da alínea e) do n.º 1 da Cláusula 16.ª do presente programa e deve ser preenchido para cada perfil/técnico (quando se trate de pessoa coletiva).**

**\*\* O tempo de experiência profissional, acima solicitados, deve ser indicado expressamente em meses. Adicionalmente, se e quando indicada a data da experiência profissional, deve ser indicado o período temporal em formato dia-mês-ano, quer do início, quer do término.**

**\*\*\* Todos os campos são de preenchimento obrigatório, devendo ser fornecidas informações que permitam a adequada avaliação de todas as dimensões da experiência profissional de cada técnico/perfil. Assim, nenhum campo poderá ser deixado em branco, sob pena de exclusão da proposta.**

**\*\*\*\* Em cada campo, tanto da experiência profissional na análise de procedimento em contratação pública no âmbito de Programas Operacionais cofinanciados por Fundos Comunitários como experiência profissional em Contratação Pública noutras áreas ou setores, que não os fundos comunitários, deverá ser indicada, de forma expressa, a duração da experiência profissional em meses, bem como as entidades onde tais funções foram exercidas, nos termos do disposto na subalínea i. da alínea e) do n.º 1 da Cláusula 16.ª do presente Programa. O concorrente poderá, facultativamente e se achar necessário, complementar esta informação com a descrição das tarefas desempenhadas durante o período de experiência profissional declarado.**

**Anexo f)**

**Modelo de Declaração de Cumprimento do Art.º 419-A.º do CCP**

1 - ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), declara, sob compromisso de honra, que a sua representada se obriga a executar o-procedimento n.º **16/PESSOAS2030/2025** relativo a ... (objeto do contrato) com trabalhadores que cumpram com as exigências constantes do artigo 419.º-A , aplicável por força do artigo 451.º, ambos do CCP.

2 - Declara também que, caso o gestor do contrato designado pelo Contraente Público o solicite, apresentará, no prazo que lhe for definido, cópia dos respetivos contratos de trabalho dos trabalhadores afetos à execução do presente contrato de prestação de serviços, com as devidas salvaguardas relativamente à proteção dos dados pessoais em causa, designadamente com ocultação dos dados pessoais que não forem estritamente necessários à finalidade de tratamento.

3 - O declarante tem pleno conhecimento das consequências de prestar falsas declarações, conforme previsto no artigo 456.º do CCP.

Local, Data

Assinatura